Com o Clube de Paris, carência menor que a obtida dos bancos

por Cláudia Safatle
de Brasília

Na última carta que enviou ao presidente do Clube de Paris, Michel Camdessus, no dia 10 de setembro passado, o ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, solicitou a renegociação da dívida com os governos — de aproximadamente US\$ 7 bilhões — por um prazo de nove anos e quatro de carência. Condição, portanto, inferior à que está sendo negociada com os bancos privados, para os quais o governo brasileiro solicita cinco anos de carência.

Da parcela da dívida global que entra na renegociação — US\$ 2,26 bilhões correspondentes a juros e amortizações entre este e o ano que vem —, 80% portanto US\$ 2,03 bilhões, obedeceria aos prazos citados. Para os 10% restantes, contudo, o governo pede apenas cinco anos com três de carência.

A íntegra da carta — na

verdade são duas correspondências, uma do dia 17 de agosto e outra, a definitiva, do dia 10 de setembro — consta de um dossiê de mais de duzentas páginas, levados pelo diretor do Banco Central para a Área Externa, José Carlos Madeira Serrano, à Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a dívida externa.

Os débitos atrasados de governo a governo, de março a julho último, totalizam US\$ 124,14 milhões. Para estes, a sugestão do governo brasileiro é saldar em três parcelas iguais — de US\$ 41,38 milhões — nos dias 31 de março do ano que vem, 30 de setembro e 31 de março de 1985.

Os compromissos deste ano somam US\$ 703,8 milhões, entre juros e amortização do principal. No ano que vem, eles sobem para US\$ 1,56 bilhão. Em 1985, a dívida do governo brasileiro junto a 24 países cai para US\$ 1,25 bilhão e para US\$ 931 milhões em 1986.

Na carta enviada ao presidente do Clube de Paris, o ministro da Fazenda faz uma rápida avaliação dos acordos feitos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para um programa de ajustamento econômico, ressaltando fundamentalmente a previsão de uma taxa de inflação de 55% no final do próximo ano. Esta carta, entretanto, é acompanhada de uma farta documentação sobre todas as contas do País.

O Banco Central calculou, também, a dívida do Brasil com cada um dos 24 governos envolvidos na renegociação, com os vencimentos mensais, evitando, assim, atrasar o processo de acerto, que precisa ser concluído até o final do ano.

JUROS

As taxas de juros a serem pagas pelo Brasil serão estabelecidas bilateralmente, com cada um dos credores, mas o ministro pondera que elas deveriam

ser dimensionadas de modo compatível com o programa de estabilização do País. Ele diz ainda que seria desejável que a negociação abarcasse o maior número possível de créditos públicos ou créditos de fornecedores garantidos pelo governo.

Os maiores débitos, segundo a detalhada listagem que acompanha a carta, é com os Estados Unidos, que neste ano totalizam US\$ 250 milhões e, no ano que vem, sobem para US\$ 529,7 milhões. Em seguida vem o governo canadense, cujo débito entre este e o ano que vem soma US\$ 365 milhões. Com os países do Leste europeu, o Brasil tem uma dívida de US\$ 17 milhões este ano e US\$ 47 milhões no próximo ano. Com a França, que está em terceiro lugar como credora de governo a governo, o débito é de US\$ 333 milhões e com a Alemanha, US\$ 216,9 milhões, entre este e o ano que vem.